

UM *STABLISHMENT* ESCRAVO? A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE CURITIBA (1793-1801)

Prof. Dr. Carlos A. M. Lima
Universidade Federal do Paraná

Resumo

Este trabalho confronta a concepção de “*stablishment*” presente no trabalho de Elias com algumas tendências representadas na historiografia da escravidão nas Américas e com resultados da utilização de uma análise processual para a discussão da composição da Irmandade de N. S. do Rosário de Curitiba no final do século XVIII.

Em obra recentemente publicada no Brasil, Elias e Scotson desenvolvem a aplicabilidade e alguns dos pressupostos de sua noção de *stablishment*. Os diferenciais de poder e de prestígio vigentes nas relações entre grupos diversos em convivência derivam de muito mais que a posição social. Parte deles seria originária de fenômenos como a antiguidade da associação, os graus de organização, ou os índices de coesão, tudo no contexto de comunidades de convívio e da temporalidade de seu processo de formação¹. Referem-se a um “carisma grupal” elaborado em função de processos desenrolados na temporalidade por assim dizer restrita da convivência². Tal carisma deriva da assunção de normas partilhadas no interior de grupos que a convivência continuada (de modo quase independente de qualquer homogeneidade interna) faz interiorizar. Mas seu raciocínio impede de absolutizar aquelas normas. Ao contrário, enfatizam que regimes de interação³ estabelecem significações, sentidos. A noção “configurações estabelecidos-*outsiders*” impede que uns sejam isolados dos outros, pois estabelecidos só se definem enquanto tais em confronto com recém-chegados e vice-versa. O aspecto processual da discussão ganha assim um peso muito grande, e aparece explicitamente referido através da expressão “aspectos comunitários específicos”⁴.

A própria auto-imagem de cada grupo é em grande parte gestada no interior dos processos de interação. A auto-imagem dos estabelecidos deriva da atribuída a sua minoria bem sucedida, ao passo que *outsiders* vêm-se com base nas práticas atribuídas a sua minoria mais desprestigiada⁵. Os critérios manejados na escala que hierarquiza as práticas provêm da organização da sociedade mais ampla, mas a auto-imagem dos diversos grupos

¹ ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 21-2.

² ELIAS e SCOTSON. *Os estabelecidos*, op. cit., p. 25.

³ Ou “formas de vinculação”, segundo a expressão dos próprios autores. Cf. ELIAS e SCOTSON. *Os estabelecidos*, op. cit., p. 32.

⁴ ELIAS e SCOTSON. *Os estabelecidos*, op. cit., p. 165.

⁵ ELIAS e SCOTSON. *Os estabelecidos*, op. cit., p. 22.

não pode ser entendida apenas pelo fato de encaminharem ou não tais práticas. Não é isto que os classifica. “Dançar conforme a música” é algo de pouca valia para *outsiders*. Fenômenos da ordem da “configuração estabelecidos-*outsiders*” farão com que sua imagem e sua auto-imagem sejam formadas a partir da atribuição a eles de caracteres e condutas desprestigiadas. O inverso vale para grupos estabelecidos. A antigüidade é o elemento-chave, sendo ela entendida como “antigüidade sociológica”⁶.

Há nisso uma concepção específica de contexto e de temporalidade. Quanto ao contexto, combinam-se, para o estudo da “configuração”, tanto processos que envolvem toda a sociedade, quanto aqueles desenrolados no âmbito da própria comunidade, do convívio efetivo de atores. Quanto à temporalidade, é o caso de levar-se em conta a sucessão de eventos intrínsecos às próprias histórias dos que se acham face a face, além daqueles que só ganham sentido quando inseridos em séries de mais largo transcurso⁷.

Raciocínios processuais percorreram freqüentemente os debates sobre a escravidão nas Américas⁸. Gutman estabeleceu, quanto às *plantations* dos Estados Unidos, que a presença de laços familiares entre cativos dependeu muito de ciclos internos às escravarias. Plantéis recém-formados careciam de laços familiares, pois acabavam de ser reunidos a partir de dramáticos processos de deslocamento, os quais rompiam laços tecidos previamente, sobretudo familiares. Um segundo momento, bastante mais favorável, era a maturidade do senhor, quando as ligações entre cativos adquiriam profundidade temporal suficiente para incrementar relações familiares. A morte do novo proprietário inaugurava o terceiro momento, com novas partilhas e deslocamentos, desfazendo grande parte daquilo

⁶ ELIAS e SCOTSON. *Os estabelecidos*, op. cit., p. 168-9.

⁷ Penso que a concepção de contexto, conforme ela aparece nesta leitura de Elias e Scotson, tem paralelos com a veiculada em BARTH, F. Towards greater naturalism in conceptualizing societies. In: KUPER, A. (org.) *Conceptualizing society*. London: Routledge, 1992.

⁸ Eles, por razões técnicas e de disponibilidade de fontes, lançaram mão, no mais das vezes, de procedimentos de quantificação. A questão é apenas aparentemente polêmica no âmbito de um diálogo com Elias. Mas, para compreendê-lo, é preciso observar que a quantificação em História foi e ainda é freqüentemente utilizada com diversas finalidades. Uma é a do teste direto de hipóteses. Procedimentos dedutivos encaminham o trabalho para a formulação de proposições passíveis de confronto com dados empíricos. Outro uso habitual é o da aplicação de questionários derivados de modelos. Derivados do uso de modelos, e não inseridos como mecanismos no processo de sua formulação, distinção que é importante para compreender as diferenças entre esta segunda possibilidade e a que será tratada logo a seguir. Isso se liga, normalmente, ao intento de periodizar. É o caso, por exemplo, das análises a partir de flutuações de preços: Modelos de análise permitem supor (de fato, deduzir) o impacto dos diversos tipos de movimento dos preços no conjunto da vida econômica e social; de posse disso, parte-se para a construção de séries aptas a permitir periodizar, através daqueles mesmos preços, os outros fenômenos que, segundo as deduções derivadas do modelo, eles explicam ou indicam. Mas há uma terceira possibilidade de uso da quantificação em História, e quanto a ela é possível chegar mais perto daquilo que pretendo abordar aqui. Ela tem por objetivo reconstituir, quase sempre de modo fragmentário, processos, trajetórias. Mais que testar diretamente hipóteses, ou que aplicar modelos para avançar na periodização de fenômenos, ela faculta construir modelos de trajetos. Pretende, no entanto, fazê-lo apenas de modo indicativo, de um modo tal que procedimentos quantitativos diferentes se combinam no interior de um mesmo raciocínio, ou articulam-se a outros tipos de técnica de pesquisa. Neste último tipo de caso, a ênfase em trajetos aponta para a abordagem processual. Este termo não pretende referir-se ao transcurso de processos de larga escala, normalmente tratados a partir da temática da mudança histórica.

que fora tecido⁹. Gutman, portanto, enfatiza a temporalidade intrínseca à convivência dos cativos no interior de cada uma das escravarias.

As posições de Higman sobre as variáveis tempo e contexto são diferentes. O passo inicial dele e de Michael Craton foi desvincular teoricamente a aculturação e o transcurso do tempo em cativeiro do conjunto dos cativos de uma dada localidade (no caso de ambos, diversas ilhas caribenhas). A antiguidade relativa da presença escrava não significaria uma mais intensa aculturação. Padrões africanos de família manifestar-se-iam quase necessariamente, já que, no Caribe, o tráfico nunca deixou de representar mecanismo central de reprodução da força de trabalho. Assim, depositavam-se recorrentemente novas levas *de homens* em seus portos, levando a uma relativa carência de mulheres, impossibilitando famílias extensas (de tipo africano, segundo os autores) e impondo uma quase conjugalidade européia. Isso não ocorria em virtude de escravos introjetarem padrões senhoriais, mas antes por circunstâncias inteiramente fora de seu controle. O avanço do tempo envelhecia a região enquanto área produtiva, significando, em primeiro lugar, redução proporcional da parcela africana da população. Em segundo lugar, implicava ritmos de crescimento econômico menos intensos, levando a uma menor importância dos novos aportes de africanos. Mas um tal processo de americanização das escravarias não as desligava das sociedades africanas de origem. Ao contrário, criava condições objetivas para que a família poligínica emergisse, já que mulheres passavam a ter parcela mais importante na população¹⁰. Diferentemente de Gutman, o tempo da comunidade se confunde com a temporalidade do conjunto da população escrava em uma dada região¹¹. A duração decisiva para o estabelecimento da comunidade era aquela representada pelo aumento da profundidade genealógica dos laços entre escravos, assumindo o processo um *escopo regional*. O avanço da ocupação escravista de uma área significava que parcela crescente dos escravos inseria-se em laços cada vez mais sólidos, porque mais antigos em termos generacionais. O escopo do processo, é a região, e não a *plantation* ou o plantel, como em Gutman. Penso que estas ênfases não precisam ser consideradas como alternativas ou excludentes, ao menos no caso das irmandades negras¹². É possível que diferentes instituições às quais escravos se ligaram

Antes, o que se refere com ele são cruzamentos de séries diversas, o que também implica a interseção de contextos diversificados. Penso haver bons exemplos desta terceira abordagem em LEVI, G. *Carrières d'artisans et marché de travail à Turin (XVIIIe-XIXe siècles)*. In: *Annales ESC*. n. 6, nov-dez, 1990.

⁹ GUTMAN, Herbert. *The Black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Vintage Books, 1976, p. 138.

¹⁰ HIGMAN, B. W. Household structure and fertility on Jamaican Slave Plantations: A nineteenth-century example. In: *Population studies*. v. 27, n. 3, 1973; HIGMAN, B. W. The slave family and household in the British West Indies, 1800-1834. In: *Journal of Interdisciplinary History*. v. 6, n. 2, 1975; CRATON, M. Changing patterns of slave families in the British West Indies. In: *Journal of Interdisciplinary History*. v. 10, n. 1, 1979.

¹¹ Isso é o que se deve reter de sua discussão. A pressuposição de que esquemas africanos persistiam e eram continuamente perseguidos pelos cativos parece-me precisar ser abandonada.

¹² Debates na historiografia do cativeiro no Brasil postulam opções quanto a este tipo de questão. As contribuições sobre a relação entre família e comunidade escravas constituem um bom exemplo. A percepção clássica de Slenes de que a participação de escravos casados aumenta em acordo ao tamanho da escravaria (em

tenham tido também diferentes enraizamentos espaciais.

Neste trabalho, avalio a importância da antiguidade sociológica das escravarias no estabelecimento do impulso para a formação de irmandades. Formei, a partir dos registros de óbitos de Curitiba lavrados entre 1793 e 1801, uma lista de escravos enterados na capela da Irmandade de N. S. do Rosário local. Fiz também outra lista, desta vez dos cativos mortos sem ligação expressa na fonte com a confraria. A partir delas, cruzei os nomes dos proprietários dos escravos com um recenseamento da vila realizado em 1797. O objetivo foi identificar, na lista nominativa de habitantes, as escravarias cujos membros, sem exceções, careciam de ligações com o Rosário, assim como aquelas que deram origem a pelo menos um cativo que, ao morrer, tivesse sua pessoa ligada à irmandade. Comparar ambos os tipos de escravaria permite observar alguns dos caracteres do ambiente que levava pessoas, ou que afastava pessoas, da perspectiva de inserir-se em uma instituição como a irmandade negra local¹³. Em acréscimo, utilizo, para aumentar a segurança, um procedimento qualitativo. Três senhores tiveram, entre 1793 e 1801, uma presença nos assentos de óbitos de escravos de Curitiba que os particularizou. Em seu caso, mais da metade daqueles de seus cativos que foram enterrados o foi na capela do Rosário. Este tipo de caso informa muito sobre comunidades particularmente propensas à inserção na confraria.

Lembro que, recentemente, o estudo da comunalização escrava vem sendo encaminhado a partir da aproximação desta temática com a da família. Por vezes, afirma-se que os mecanismos que enformam a instituição da comunidade impactam fortemente os laços familiares. Estes são tratados, assim, como *índices* da comunalização, ou então como um dos vetores através dos quais se preservavam os sentidos próprios à comunidade cativa¹⁴. Outra abordagem, também difundida atualmente¹⁵, sustenta que laços comunitários, nas condições do cativo, só podiam mesmo ser instituídos (não se tratava, nesta abordagem, de preservação) através da família¹⁶. Ambas estas formulações do problema das relações

plantéis maiores, cativos teriam um maior leque de opções quanto a parceiros) pressupõe que a escravaria era a arena decisiva para o estabelecimento de laços familiares. Cf. SLENES, R. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, cap. 2. Por outro lado, José R. Góes reconstitui extensas redes de compadrio entendidas como alianças entre escravos e abarcando cativos de diversos plantéis de uma área do Rio de Janeiro. Neste caso, a região é a arena. Vide GÓES, J. R. *O cativo imperfeito*. Vitória: Lineart, 1993, passim.

¹³ Cf. Arquivo público do Estado de São Paulo. *Lista de habitantes da vila de Curitiba, 1797*. (cópia microfilmada sob a guarda do CEDOPE/DEHIS/UFPR); Catedral Metropolitana de Curitiba. *Óbitos, 1786-1806*.

¹⁴ Esta, segundo minha leitura, é a abordagem presente em SLENES. *Na senzala*, op. cit. A família escrava possibilitou, no Centro-Sul brasileiro do século XIX, a preservação e a reatualização das práticas inscritas em uma memória marcada pelas formas de organização familiar e pela cosmologia própria das sociedades da África Central Atlântica.

¹⁵ FLORENTINO, M. G.; GÓES, J. R. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997

¹⁶ Para tanto, entende-se esta última a partir de um modelo de aliança. Cativos eram potencialmente "estrangeiros entre si", tornando-se assim ao mesmo tempo urgente e difícil instaurar laços estáveis entre eles. Daí a premência da família, dado que esta pressupunha a instauração de cadeias de dádivas e contradádivas, trocas/contratos fundados na circulação de mulheres.

entre família e comunidade deixam diante de uma versão apta a ser tratada a partir do procedimento já descrito: Irmandades negras teriam sido uma espécie de derivação da estabilidade das relações entre escravos estabelecida por intermédio da família, ou então passível de ser capturada através da família considerada como indicador. No entanto, não era isso que se dava. Os estudos sobre a família escrava deram grande peso explicativo às proporções de homens e mulheres na população. Tendo isso em vista, observo nas escravarias que deram origem a confrades do Rosário uma tendência relativamente mais pronunciada a equilibrar os números de homens e mulheres. Na faixa etária de entre 15 e 59 anos de idade, mulheres eram mais freqüentes que homens, é verdade¹⁷. Mas é necessário isolar a observação das escravarias com dez ou mais cativos¹⁸. Fazendo-o, vê-se que a situação se inverte. A presença relativa de homens na população adulta era ligeiramente maior nas escravarias que produziram irmãos do Rosário (cem contra noventa e seis). A conclusão a retirar deste procedimento é o de que uma composição da população que facilitasse a constituição de famílias não era aquilo que diferenciava os plantéis que produziram confrades da irmandade daqueles que não o fizeram.

Outro indicador a respeito das possibilidades da família escrava é a proporção de crianças (0 a 14 anos de idade) na população. Este índice a respeito da presença da família escrava¹⁹ sugere que laços daquele tipo eram ligeiramente mais freqüentes nas escravarias que *não* possuíam membros do Rosário, ficando em pouco mais de dois quintos. As diferenças eram pequenas, mas, ao isolar as escravarias com dez ou mais cativos, elas se ampliam, aumentando a segurança. Outro dado, a proporção de casados ou viúvos entre os com mais de dezenove anos de idade, é bastante mais direto. Trata-se de mais um indicador sugerindo terem sido as escravarias desvinculadas do Rosário as que apresentavam maiores chances de permitir a instituição de famílias escravas²⁰.

Assim, os indicadores a respeito da presença de famílias escravas tendiam a cami-

¹⁷ 90 homens para cada grupo de cem mulheres, contra 101 varões para cada cem escravas, nas escravarias sem ligação com o Rosário. A tendência se repete no caso das escravarias majoritariamente ligadas à confraria. A razão de masculinidade vigente na faixa etária que observo foi em seu caso de 85 homens para cada cem mulheres.

¹⁸ Toma-se normalmente a faixa dos dez escravos como divisor de águas no tocante à tendência à presença de famílias escravas. Escravarias com menos de dez cativos tinham menor proporção de crianças e taxa de nupcialidade mais baixa. Cf. SLENES, R. *Na senzala*, op. cit., cap. 2.

¹⁹ Lembro que a população escrava curitibana era, em sua esmagadora maioria, crioula. Cf. GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. In: *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, mar-ago, 1988.

²⁰ Nelas, 34% dos adultos casaram em algum momento, em confronto com os 27% obtidos observando-se as escravarias que deram origem a confrades (esta diferença se amplia muito quando se observam apenas os plantéis com dez ou mais escravos, caso em que os alguma vez casados nas escravarias sem confrades chegam a quase dois quintos, ao passo que, nos plantéis ligados à confraria, a proporção respectiva ficava em pouco mais que um quarto). Nas escravarias majoritariamente compostas de confrades, a participação percentual dos casados ou viúvos entre os cativos com mais de 19 anos foi ainda menor, de apenas 16%. A incidência de casados entre os adultos parece ter tido comportamento inverso ao da tendência da escravaria a estabelecer ligações com a confraria.

nhar em direção inversa à do impulso para inserir-se em uma irmandade negra. Observando a relação entre o número de escravos com entre 0 e 4 anos e o de mulheres com entre 15 e 39 anos, vê-se que ela era, nas escravarias sem irmãos do Rosário, mais de cinquenta por cento maior que naquelas que possuíam ao menos um irmão (0,794, contra 0,523)²¹. Todos estes resultados se mantiveram quando foram isolados os plantéis com dez ou mais cativos.

Irmandade e família eram práticas desligadas uma da outra na vida dos escravos. As escravarias que produziram membros da confraria tinham a especificidade de manterem tendências mais fracas a fundarem-se na reprodução natural dos cativos, conforme se vê pelas respectivas razões criança/mulher. A situação fica ainda mais claramente visível quando se observam isoladamente os plantéis mais ligados ao Rosário. Família e irmandade eram práticas concorrentes ou alternativas quanto a responder aos impulsos gregários colocados para os escravos por sua condição.

Desse modo, não eram famílias escravas que conduziam seus membros para elas. Elas próprias, pode-se perguntar, significavam uma forma específica de instituir relações duradouras entre cativos? Penso que sim. Para avaliar isso, torno a medir algumas características das escravarias de que provinham os cativos que apareceram, nos óbitos registrados entre 1793 e 1801, como confrades do Rosário. Agora observo variáveis que possam indicar o grau de “antigüidade sociológica”²² das escravarias. O tempo de convivência, diferentemente da frequência e da solidez dos laços familiares, singularizava as escravarias que originaram irmãos do Rosário frente àquelas que não produziram nenhum membro da confraria. Um começo, nessa direção, é avaliar características dos senhores de ambos os tipos de escravaria. A presença de mulheres entre os proprietários era mais forte nas escravarias que não produziram confrades²³. Isso por si só já indica maior antigüidade de suas escravarias, pois indica forte proporção de viúvos entre os senhores²⁴. As idades destes senhores são ainda mais elucidativas. Senhores homens de plantéis ligados à confraria eram mais velhos que os outros²⁵, situação esta que se mostrava ainda mais significativa

²¹ Comparando plantéis desvinculados do Rosário com os majoritariamente ligados à irmandade, os resultados são ainda mais impressionantes: A razão criança/mulher no primeiro tipo era mais de três vezes maior que no segundo (0,794, *versus* 0,182).

²² ELIAS e SCOTSON. *Os estabelecidos*, op. cit., p. 168-9.

²³ Dentre os 26 proprietários de plantéis com confrades, nove eram mulheres. Já quanto aos que não possuíam, aparentemente, nenhum irmão do rosário, as mulheres eram tão somente duas entre 27 senhores.

²⁴ Conforme estabelecem diversos estudos sobre regiões escravistas, proprietárias de escravos eram majoritariamente viúvas. Vide MOTTA, J. F. *Corpos escravos, vontades livres*. Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP; Annablume, 1999, p. 115-8.

²⁵ A média relativa aos senhores homens com escravos ligados à confraria era 3% maior que a idade média dos escravistas cujos cativos não se ligavam à irmandade (47,9 anos, contra 46,5 anos). Já a diferença entre suas idades medianas era de 6% a favor dos proprietários que não possuíam confrades (42,5, *versus* 40). Estes comportamentos invertidos da média e da mediana indicam que a média relativa aos proprietários de confrades superava a dos outros pelo fato de seus dados conterem desvios mais importantes para cima.

em relação às senhoras²⁶. Assim, tratava-se de senhores mais velhos no caso das escravarias que levavam seus membros a pertencerem à confraria local. Se está diante da possibilidade de utilizar um argumento semelhante ao de Gutman. No tocante às escravarias majoritariamente ligadas ao Rosário, tratou-se de apenas duas mulheres e um homem. Será coincidência o fato de que neste caso as senhoras superavam numericamente os senhores? De qualquer modo, as idades destes proprietários indicam que, quanto mais velhos os senhores, maiores as chances de que seus cativos se ligassem ao Rosário²⁷.

Resumindo, tem-se, primeiramente, que o sexo do proprietário dos cativos, em sendo feminino, influía positivamente na tendência a que seus cativos fossem confrades. Além disso, quanto mais velhos os senhores, maior a referida tendência. Se bem a presença da família escrava legitimada não parece ter empurrado cativos à filiação à irmandade, a idade dos senhores, ao que tudo indica, o fazia.

O sexo e as idades dos senhores indicam, portanto, que o tempo, ou a “antigüidade sociológica” das escravarias, impactava positivamente o impulso gregário que se manifestava na pertinência a confrarias. As idades dos escravos também constituem evidência neste sentido²⁸. Em sendo mais velhos os cativos das escravarias geradoras de confrades, continuamos diante de indicações de que o tempo de convivência era maior no seu caso. Os senhores eram mais velhos e mais freqüentemente viúvos; os escravos, além de tendencialmente mais velhos, continham uma parcela mais expressiva de pessoas muito idosas (Isto, além do mais, mostra que a presença de velhos afetava mais a média de idades que a carência comparativa de crianças, vista acima)²⁹. Em suma, tem-se que, quanto maior a antigüidade do ambiente de proveniência, maiores também as chances de vinculação ao Rosário.

É possível olhar ainda mais intimamente para esta presença mais decisiva de velhos nas escravarias que produziram irmãos. Basta isolar, no interior de cada uma delas, apenas o cativo de mais idade. Aqui se consideram os escravos mais idosos como indicadores da antigüidade da coexistência dos cativos. Quase setenta por cento das escravarias que contiveram ao menos um irmão do Rosário tinham, em 1797, pessoas com 45 ou mais anos

²⁶ A média de idade das proprietárias de confrades era 31% maior que a relativa às senhoras que não possuíam irmãos do Rosário (68, *versus* 52 anos). A diferença entre as idades medianas de ambas era de 35% a favor das proprietárias de membros da Irmandade do Rosário.

²⁷ A média de idade das duas senhoras citadas foi de 82,5 anos, enquanto o proprietário tinha cinquenta.

²⁸ A idade média dos escravos do sexo masculino pertencentes a escravarias que produziram irmãos do Rosário eram 11% maiores que as dos cativos homens dos plantéis desligados da irmandade (26,8, contra 24,2 anos). As idades medianas tinham comportamento invertido. As dos cativos de escravarias ligadas ao Rosário eram cerca de dez por cento menores que as dos outros (22, *versus* 24 anos). Mas aqui, como em relação às idades dos senhores homens de uns e outros plantéis, deve-se levar em conta que a mediana dos plantéis sem irmãos era próxima à média, enquanto a das escravarias ligadas à confraria ficava cerca de quarenta por cento abaixo da média. Isso significa, também aqui, que as escravarias ligadas ao Rosário continham, no tocante às idades dos cativos homens, desvios para cima, ou seja, homens muito velhos. Quanto às idades das mulheres em ambos os tipos de escravaria, as medianas eram iguais (20 anos), mas a média era dez por cento maior nas escravarias que continham ao menos um confrade (21,9 contra 20 anos).

como seus escravos mais velhos. Apenas pouco menos de metade dos plantéis desvinculados do Rosário também tinham como cativos mais velhos pessoas com mais de 44 anos. As escravarias com confrades eram particularizadas por um maior tempo de convívio entre seus cativos. Confirmando tudo, as idades dos cativos mais velhos dos três plantéis aqui definidos como majoritariamente ligados à confraria ficava bastante próxima à vigente nas escravarias com ao menos um irmão³⁰.

Resumindo, pode-se, sem problemas, definir que, se algo particularizava as escravarias que originavam confrades, o que o fazia era o tempo de convivência dos cativos que as compunham. Nenhum dos indicadores utilizados para observá-lo pode ser considerado decisivo por si mesmo. Mas todos apontavam na mesma direção. Os senhores destas escravarias eram mais velhos e com uma proporção maior de viúvos. A estrutura etária de seus escravos também apontavam para gente de mais idade. Por fim, os escravos mais velhos de cada uma delas eram substancialmente mais idosos que os sêniores dos plantéis que não deram origem a nenhum confrade do Rosário.

Ninguém deixava de ser escravo por inserir-se em irmandades, evidentemente. No entanto, uma das lições do livro de Elias e Scotson radica em que uma dada posição social comporta diferenciais de poder e prestígio. A historiografia das irmandades negras já sugeriu que elas estiveram ligadas a processos que podiam por em jogo diferenciais deste tipo. Mary Karasch qualificava as confrarias que continham cativos como instituições não muito prestigiadas na sociedade, mas que elevavam o *status* de seus membros no interior do grupo escravo³¹. A contribuição de Elias e Scotson para a compreensão deste tipo de situação parece-me radicar em sua concepção a respeito de *stablishments* engastados uns nos outros, organizados a partir de um sucessivo englobamento³². Para além disso, sugerem que os “aspectos comunitários específicos” devem ser interrogados a fim de descobrir-se os mecanismos aptos a produzir esta situação³³. Processos como os estudados aqui tinham por contexto um âmbito de convivência pessoal. Para mencionar apenas um aspecto do rendimento deste tipo de análise, fica a sugestão de que instituições escravas não podem ser pensadas apenas a partir da dinâmica entre as relações entre classes sociais. Será quase sempre necessário atentar para histórias específicas dos diversos âmbitos circunscri-

²⁹ Recorrendo novamente ao artifício de observar as três escravarias majoritariamente ligadas ao Rosário, as conclusões são ratificadas. Quanto aos homens que as compunham, sua idade média foi de 29,1, maior, portanto, que a vigente em todas as escravarias que levaram cativos à irmandade, ao passo que a mediana de suas idades foi de 32 anos. No tocante a mulheres pertencentes a tais escravarias, a idade média ficou em 22,9 anos, ao passo que a mediana foi de 22 anos. Ambas as medidas, portanto, foram mais uma vez maiores que as vigentes para o conjunto dos escravos, para os dos plantéis que enterraram cativos sem referência ao Rosário e maiores mesmo que média e mediana calculadas para os plantéis que produziram confrades.

³⁰ Médias de, respectivamente, 52, 50,7 e 45,5. As medianas foram de 46, 49,5 e 42.

³¹ KARASCH, M. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 142-348.

³² ELIAS e SCOTSON. *Os estabelecidos*, op.ci., p. 208.

³³ ELIAS e SCOTSON. *Os estabelecidos*, op. cit., p. 165.

tos nos quais tais instituições se inseriam. Mas isso não deve fazer esquecer dos condicionamentos mais amplos postos pela condição escrava (nesse nível, passível de ser apanhada a partir do manejo de categorias gerais). Refiro-me a algo que se apresenta como o estado atual das discussões sobre a escravidão na Época Moderna. A partir de diferentes pontos de partida, estudiosos vêm chamando a atenção para o fato de que o cativo apresentava, como uma de suas implicações mais gerais, aquela de que cativos eram *outsiders*³⁴. A posição de *outsider* percorria como um fantasma o modo como escravos se inseriam na ordem social. Pensar, portanto, tal inserção, implica necessariamente atentar para configurações estabelecidas *outsiders*, para “aspectos comunitários específicos” e para fenômenos assimiláveis à “antiguidade sociológica”. Foi o que se fez aqui, e isso conclui a presente comunicação, por propor um terreno de diálogo extremamente fecundo entre a obra de Norbert Elias e a historiografia do cativo nas Américas.

Abstract

This work compares the idea of stablishment in Elias' work with some recent developments in the study of slavery in the Americas. It also uses a processual approach in the study of the composition of a black brotherhood in Curitiba at the end of the eighteenth century.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Lista de habitantes da vila de Curitiba, 1797*.
 BARTH, F. Towards greater naturalism in conceptualizing societies. In: KUPER, A. (Org.). *Conceptualizing society*. London: Routledge, 1992.
 CATEDRAL METROPOLITANA DE CURITIBA. *Óbitos, 1786-1806*.
 CRATON, M. Changing patterns of slave families in the British West Indies. *Journal of Interdisciplinary History*, v. 10, n. 1, 1979.
 ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
 ELTIS, D. *The rise of african slavery in the americas*. Cambridge: Cambridge University, 2000.
 FLORENTINO, M. G.; GÓES, J. R. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
 GÓES, J. R. *O cativo imperfeito*. Vitória: Lineart, 1993.
 GUTIÉRREZ, H. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*. v. 8, n. 16, mar-ago. 1988.
 GUTMAN, H. *The black family in slavery and freedom: 1750-1925*. New York: Vintage

³⁴Cf. KOPYTOFF, I. S. In: *Annual Review of Anthropology*. n. 11, 1982.; MEILLASSOUX, C. *Antropologia da escravidão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, “Introdução” e “Capítulo introdutório”; FLORENTINO e GÓES. *A paz*, op. cit., p. 25-37. Vide também a discussão de David Eltis a respeito da tendência quase universal a que os cativos fossem mesmo escolhidos entre aqueles que se pudessem posicionar como *outsiders*. Cf. ELTIS, D. *The rise of african slavery in the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 58-60 e seguintes.

Books, 1976. p. 138.

HIGMAN, B. W. Household structure and fertility on Jamaican slave plantations: a nineteenth-century example. *Population Studies*, v. 27, n. 3, 1973.

HIGMAN, B. W. The slave family and household in the British West Indies: 1800-1834. *Journal of Interdisciplinary History*, v. 6, n. 2, 1975.

KARASCH, M. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 142-348.

KOPYTOFF, I. S. *Annual Review of Anthropology*, n. 11, 1982.

LEVI, G. Carrières d'artisans et marché de travail à Turin (XVIIIe-XIXe siècles). In: *Annales ESC.*, n. 6, nov-dez.1990.

MEILLASSOUX, C. *Antropologia da escravidão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MOTTA, J. F. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

SLENES, R. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. cap. 2.